

BRASIL TEM 49,6 MILHÕES DE INDIGENTES

INVESTIMENTO MENSAL DE R\$ 1,7 BILHÃO ERRADICARIA A POBREZA NO PAÍS, CONSTATA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

BRASIL

13 MAPA DOS INDIGENTES

O Brasil tem quase 50 milhões de miseráveis. Segundo a FGV, um terço da população tem renda mensal inferior a R\$ 79,00.

FAMINTOS

Estudo da Fundação Getúlio Vargas revela que um terço da população brasileira vive como indigente. E denuncia: se o governo federal destinasse R\$ 1,7 bilhão mensais para ações de combate à pobreza essa situação poderia acabar

49,6 milhões de miseráveis

Da Agência Estado

Rio — O Brasil tem 49,6 milhões de pessoas vivendo na miséria, o que representa 9,3% da população. São brasileiros considerados indigentes porque têm renda mensal inferior a R\$ 79 por mês — mínimo necessário para o consumo de uma pequena cesta básica, segundo parâmetros da Organização Mun-

dial da Saúde (OMS). A miséria absoluta dessas pessoas poderia ser erradicada se o governo federal destinasse R\$ 1,7 bilhão mensais para ações de combate à pobreza. Esse diagnóstico é resultado de um estudo divulgado ontem, no Rio, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa foi feita com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Do-

micílios (Pnad), entre 1996 e 1999, e em informações coletadas pelo Censo de 2001.

O *Mapa do Fim da Fome* calculou o total de miseráveis e o custo da erradicação da pobreza em dez estados brasileiros e nas áreas metropolitanas de algumas das maiores cidades do país.

"Queríamos saber quantos eram os miseráveis e quanto de renda cada pessoa precisava ter a

mais para sair da indigência", afirma o coordenador do estudo e economista-chefe do Instituto Brasileiro de Economia, Marcelo Neri. A conclusão foi que cada brasileiro e situação demiséria precisaria de uma média de R\$ 34 para atingir o mínimo de R\$ 79 por mês para ter um consumo de calorias aceitável internacionalmente. Isso representaria um gasto mensal de R\$ 10,4 por bra-

sileiro se todos contribuíssem, totalizando R\$ 1,7 bilhão. "Mostramos que a erradicação está perfeitamente dentro do orçamento social do governo que é de 21% do Produto Interno Bruto (PIB)", explica Neri.

O estudo mostrou que dependendo da região do país, a contribuição pode variar. O Nordeste, como já era esperado, é o local que mais exige investimento, en-

quanto o Sul e o Sudeste são as áreas onde seriam necessários gastos bem menores. São Paulo é o estado em que os moradores precisariam desembolsar a menor quantia. São necessários R\$ 4,15 por paulista para diminuir o índice de indigentes (11,5% da população). E o Piauí é o que exige maior participação: R\$ 24,40 para tentar tirar da miséria 61,3% dos habitantes.

Pobres crianças

Das agências Estado e Folha

Um dado alarmante apresentado pelos pesquisadores da FGV foi o do perfil do indigente. Cerca de 45% do total de pobres são crianças com menos de 15 anos. "Isso significa que quase a maioria dessa classe de pessoas miseráveis está subrepresentada no plano eleitoral porque essas crianças não votam e não interessam os políticos", afirma Neri. "E essas crianças são geralmente filhos de pais que trabalham no setor informal, ficando fora de benefícios do governo e totalmente marginalizadas."

O estudo da FGV não está ligado a políticas específicas de combate à fome, mas o coordenador do estudo e economista-chefe do Instituto Brasileiro de Economia, Marcelo Neri, sugeriu algumas formas de resolver o problema das 49,6 milhões de pessoas. Segundo ele, o fim do problema está diretamente ligado a ações concretas e "focadas" de distribuição de renda para atingir essa população. Ele ressaltou programas específicos, como o de distribuição de bolsa-escola e a diferenciação dos reajustes da Previdência.

Mesmo sugerindo que seriam necessários projetos do governo federal, Neri afirmou que esses programas têm de obter apoio da sociedade em geral. Ele disse, por exemplo, que os reajustes no salário mínimo podem não ser a melhor forma de atingir os miseráveis, como se pensava. Isso ocorre porque esses reajustes são destinados a pessoas que têm

Segundo ele, ao contrário de muitos outros países pobres, pelo menos o Brasil tem renda suficiente para distribuir. "A Índia, por exemplo, tem um grande problema de miseráveis, mas lá a única solução é o crescimento econômico. Aqui não é possível diminuir bem o total de pobres apenas com medidas de distribuição de renda", afirmou.

Neri contou que ele e outros professores da FGV já procuraram o governo federal para apresentar o estudo e tentar sugerir políticas, mas não receberam nenhuma resposta ou proposta de desenvolvimento de programas do governo.

Entre os estados, o Piauí é o que mais necessita de investimentos sociais: R\$ 24,00 por brasileiro mensais. Em São Paulo, a necessidade por habitante seria de R\$ 4,15 ao mês.

A secretária de Assistência Social do governo federal, Wanda Engel, disse que os economistas

costumam ter uma visão economicista da pobreza. "Tem economista que acha que é melhor pegar o dinheiro e jogar de um helicóptero nos bolsões de pobreza, para acabar com a pobreza. Podia aproveitar também e botar remédio para acabar com a doença. Estou cansada dessas análises simplistas", afirmou a secretária. Para Wanda Engel, a pobreza não é só a falta de acesso a recursos financeiros, mas também a educação, saúde, trabalho, habitação e participação popular.

Segundo ela, o desafio das políticas sociais é garantir à população pobres

empregos, e um dos resultados do estudo revela que 56% dos indigentes pertencem a famílias chefiadas por pessoas que trabalham no setor informal da economia.

A pesquisa simulou situações para saber o que aconteceria com os indigentes em três cenários diferentes. O primeiro calculou a regressão do número de miseráveis no caso de o país crescer a uma taxa de 4% durante cinco anos, e o resultado foi de uma redução dos atuais 29,3% para 24,1%. No segundo cenário, foi imaginada uma diminuição de cerca de 10% na desigualdade de renda dos brasileiros, o que reduziu o percentual de pobres para 21,6%. E a terceira hipótese foi a combinação das duas primeiras, crescimento econômico aliado à melhor distribuição de renda, e o resultado foi que queda no total de indigentes para apenas 15,8%. Mesmo não acabando com o problema, ele praticamente seria cortado pela metade.

condições de educação e saúde, para, a partir daí, incluí-la no mercado de trabalho. Wanda Engel afirmou que, para o governo federal, pessoas com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 75,5) são pobres, não indigentes. Na estimativa do governo federal, o país teria 53 milhões de pessoas vivendo em estado de pobreza.

A indigência, segundo Wanda Engel, estaria caracterizada quando uma pessoa tem renda média de um terço de salário mínimo (20 milhões de pessoas). A secretária disse que o governo federal gasta anualmente R\$ 13 bilhões em programas redistributivos de renda, que incluem aposentadorias rurais, rendas mensais vitalícias e incentivos a portadores de deficiência, entre outros. "Isso é um programa de renda mínima", afirmou. Segundo ela, só o programa de bolsa-escola investiu R\$ 1,5 bilhão este ano no incentivo à educação infantil.

O MAPA DA MISÉRIA

EM % DE POPULAÇÃO INDIGENTE (*)

Brasil	29,26
Maranhão	63,72
Piauí	61,75
Ceará	55,73
Alagoas	55,43
Bahia	54,80
Tocantins	51,17
Pernambuco	50,95
Paraíba	50,22
Sergipe	50,14
Rio Grande do Norte	46,93
Pará	41,75
Amazonas	38,79
Amapá	36,56
Acre	31,28
Minas Gerais	26,79
Espírito Santo	26,31
Mato Grosso	25,89
Goiás	25,46
Rondônia	22,35
Mato Grosso do Sul	22,26
Paraná	20,88
Roraima	20,16
Rio Grande do Sul	16,76
Distrito Federal	16,21
Rio de Janeiro	14,68
Santa Catarina	14,40
São Paulo	10,41

(*) Renda mensal inferior a R\$ 80 per capita